



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

ANAÍ SILVEIRA SOUZA DE MELO

WILLIANE MACHADO DE SOUSA

JOÃO PESSOA

2013

ANAÍ SILVEIRA SOUZA DE MELO

WILLIANE MACHADO DE SOUSA

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso de graduação de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como requisito parcial para obtenção de grau em Licenciado (a) Pedagogo (a), sob orientação da Prof^a. Dra. Sandra Alves de Sousa Santiago.

Sandra Alves da Silva Santiago

Orientadora

**JOÃO PESSOA
2013**

Ficha Catalográfica

M528f Melo, Anaí Silveira Souza de.

Formação do professor para a educação infantil na perspectiva inclusiva / Anaí Silveira Souza de Melo, Williane Machado de Sousa. – João Pessoa: UFPB, 2013.
46f.

Orientador: Sandra Alves da Silva Santiago
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Formação docente. 2. Educação infantil. 3. Educação inclusiva. I. Sousa, Williane Machado de. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051 (043.2)

ANAÍ SILVEIRA SOUZA DE MELO

WILLIANE MACHADO DE SOUSA

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA
PERSPECTIVA INCLUSIVA**

APROVADO em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a. Dra. SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO
CE/DHP/UFPB
ORIENTADORA**

**Prof.^a. Dra. MARIA TEREZA LIRA DE OLIVEIRA
CE/UFPB
AVALIADORA**

JOÃO PESSOA

2013

Dedicamos este trabalho a todos (as) que em nós acreditaram. Aos nossos (as) professores (as) pela dedicação no desempenho dos seus trabalhos, uma vez que agindo assim nos conduziram ao conhecimento. Aos nossos familiares por apoiar a nossa escolha e incentivar nossa dura trajetória e a todos (as) os (as) amigos (as) do curso que conviveram conosco em sala de aula pela amizade, pela ajuda nos momentos de estudo e pela alegria nos momentos de descontração.

AGRADECIMENTOS

É incrível como o tempo passou. Mais de quatro anos já se foram e durante esse tempo muitas coisas importantes aconteceram em minha vida.

Estar concluindo o TCC do Curso de Pedagogia é um desses acontecimentos. Mas antes dessa conclusão, preciso lembrar tudo o que passei para chegar até aqui, não foi nada fácil, porém nunca pensei em desistir, sempre achei que mesmo diante de tantas dificuldades, tantos desafios e tantos obstáculos, no final tudo iria dar certo e está dando mesmo.

Sempre procurei fazer as coisas dentro das minhas limitações, respeitando o meu tempo, gosto que tudo tenha a minha cara, o meu jeito, talvez seja por isso que por vezes não consigo chegar igual com os outros, mas para mim isso não importa, o importante é chegar e com qualidade, o tempo é só um detalhe.

É incrível como tudo está se organizando exatamente como deve ser, no momento preciso e decisivo, ou seja, no momento certo.

Apreendi muito durante todos esses anos, hoje acho impossível alguém entrar e sair de uma universidade pensando do mesmo jeito, pois eu não penso mais como antes, na minha cabeça muita coisa mudou para melhor, não só na cabeça, mas nas atitudes e no jeito de perceber também.

Por esses motivos que citei e por todos os outros que só pensei, por todas as conquistas, por todos os erros que cometi na tentativa de acertar, por todos os não que recebi no momento certo - hoje os percebo e os aceito - por tudo isso eu preciso agradecer.

Agradeço à Deus acima de tudo, pela força, pela coragem, pela saúde; à Profa. Dra. Sandra Santiago, por dividir comigo suas experiências, seus saberes da melhor maneira possível e mesmo que inconsciente me encorajar a seguir nessa difícil caminhada; ao meu esposo (Beto) por compreender minha necessidade, abraçar a minha causa e seguir comigo nessa batalha, como se

essa fosse dele também; à minha pequena, minha filha simplesmente por existir e aceitar por muitas vezes a minha ausência e à minha família – Dona Marlene minha mãe e Seu Vicente meu pai, por não me deixarem desistir com seu exemplo de vida, de perseverança, honestidade e pela generosidade de seus atos; a Aline minha única irmã pelo amor que dedica a mim e minha filha - povo que amo e admiro que tanto fizeram e fazem por mim e estão sempre ali prontos para me dar a mão quando preciso; a Williane Machado, minha companheira nesse TCC. Ah! E a Letícia e João Gabriel, meus sobrinhos de sangue, por trazerem tanta alegria a minha vida.

Enfim, preciso agradecer sempre, afinal estou viva, inteira, realizando sonhos e ultrapassando barreiras, tirando as pedras que surgem nos meus sapatos e seguindo.

ANAÍ SILVEIRA SOUZA DE MELO

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceber saúde, sabedoria e esforço, por ter chegado ao final de mais uma etapa na minha vida.

A toda minha família por ter me dado apoio na caminhada durante o curso, aos meus pais por ter chegado ao que sou hoje e por demonstrar tanto orgulho, ao meu noivo por me dar, força e me ajudado em momentos difíceis. Agradeço também a minha amiga Ataíze que me ajudou em muitos momentos.

Agradeço a Anaí Silveira pelo empenho e companheirismo na elaboração da nossa monografia, uma realização de mais um sonho.

À professora orientadora Sandra Santiago pelo comprometimento, paciência e dedicação à concretização do trabalho.

Obrigada aos meus amigos em especial a minha amiga fiel e companheira do curso Ingrid Biserra que me ajudou e incentivou muito nas horas árduas, em que ela me pôs de pé e com a cabeça erguida.

Sou grata a todos os professores do curso de pedagogia que contribuíram com os conhecimentos à minha formação.

Enfim obrigada a todas as pessoas mesmo aqui não sendo citadas, sabem o quanto contribuíram para o meu desenvolvimento na academia.

WILLIANE MACHADO DE SOUSA

A docência é um processo complexo que supõe uma compreensão da realidade concreta da sociedade, da educação, da escola, do aluno, do ensino-aprendizagem, do saber, bem como um competente repensar e recriar do fazer na área da educação, em suas complexas relações com a sociedade.

Ildeu Coelho apud Rios (2001).

RESUMO

Expomos nesse Trabalho de Conclusão de Curso a importância da adequada formação do professor para trabalhar com a educação infantil, crianças pequenas de 0 a 5 anos de idade, nas creches e pré-escolas. Inserida nessa formação profissional adequada – desejo de todos aqueles que pensam e fazem a educação – está a educação inclusiva, uma realidade bastante presente nas salas de aula das escolas de ensino regular. Na contemporaneidade, é indispensável que o educador infantil pense a educação inclusiva de maneira a conduzir o aluno com deficiência ao desenvolvimento máximo dentro da sua capacidade. Há relevância também no fato de que as autoridades devem dispor os recursos necessários para nas escolas o professor possa desempenhar seu trabalho em benefício dos alunos com deficiência. Nesse sentido, realizamos a pesquisa bibliográfica com teóricos e documentos da área, além de uma pesquisa de campo, com pedagogas do Núcleo de Creches Estadual. Os resultados obtidos revelaram que essas profissionais estão buscando o conhecimento na área da educação especial, certamente com objetivo de melhorar o atendimento das crianças matriculadas nas creches que assistem.

PALAVRAS-CHAVE: Formação do Professor, Educação Infantil, Educação Inclusiva.

ABSTRACT

We present in this monograph the importance of an appropriate formation for teachers that work with early childhood education at nursery schools and preschools with young children between 0 and 5 years old. Included in this appropriate professional formation – which is desired by all of those people who think and promote Education – is the Inclusive Education, a quite present reality in the classrooms in mainstream schools. In contemporary times, it is essential that educators think about Inclusive Education as a way of guiding students with disability to their maximum learning capacity. Another relevant topic consists of the fact that authorities must offer the required resources, so that educators can accomplish their jobs in benefit of those students with special disabilities. Thus, we carried out a bibliographic research with the help of scholars and documents of this field of study, plus a field survey with Pedagogues that work at Núcleo de Creches Estadual. The observed results revealed that these professionals are seeking knowledge in the field of Inclusive Education, surely with the purpose of improving the treatment given to those children enrolled at the Nursery schools which assist them.

KEYWORDS: Teacher Formation; Early Childhood Education; Inclusive Education

SUMÁRIO

I. Introdução-----	13
II. Uma Viagem pela Educação Infantil-----	15
2.1. Histórico da Educação Infantil-----	15
2.2. A Base Legal da Educação Infantil-----	17
2.3. Os Pilares da Educação Infantil -----	20
2.4. Formação do Professor para a educação infantil -----	26
III. Compreendendo a Educação Inclusiva -----	30
3.1. Contexto Histórico da Inclusão -----	30
3.2. Educação Inclusiva: O que diz a Lei 12.796 -----	34
3.3. Trabalhando com as diferenças -----	37
IV. Procedimentos metodológicos -----	39
4.1. Tipo de pesquisa -----	39
4.2. Sujeitos da Pesquisa-----	39
4.3. Instrumentos da Pesquisa-----	40
4.4. Análise de dados -----	41
Considerações Finais -----	43
Referências -----	46
Anexos	
Apêndices	

I. INTRODUÇÃO

Decidimos abordar em nosso trabalho monográfico, dois temas de extrema relevância para educação em seu atual contexto. Discutimos, portanto, as questões da formação do professor para educação infantil e a educação inclusiva.

Para discutirmos esses pontos, temos como objetivo a formação do professor no que se refere ao cuidar e educar as crianças de 0 a 5 anos de idade, público alvo da educação infantil, o qual voltamos a nossa atenção. Focamos especialmente em como receber esse público infantil de maneira inclusiva, respeitando e atendendo as suas necessidades oriundas de sua deficiência ou transtorno.

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo apresentamos o trabalho monográfico. No segundo, fizemos um breve histórico da educação infantil no Brasil, como, para quê e quando surgiu. Ainda mostramos a base legal da educação infantil, quais leis debatem e defendem a educação das crianças pequenas. Mostramos o que diz o RECNEI (1998) para tratarmos das diversas linguagens a serem desenvolvidas pelas crianças nas creches e pré-escolas e finalizando esse capítulo, falaremos sobre a formação do professor para educação infantil, qual a função social dessa formação e o que dizem os documentos oficiais a esse respeito.

No terceiro capítulo, buscamos compreender a educação inclusiva situando-a historicamente. Refletimos sobre a Lei 12.796/2013 e sua visão sobre educação especial. Ainda abordamos o tema “Trabalhando com as Diferenças”, no qual mostraremos o que o professor precisa fazer para trabalhar com a diversidade existente na sala de aula.

Realizamos para complementar o nosso trabalho uma pesquisa qualitativa, pois, objetivamos conhecer a opinião de algumas pedagogas acerca do assunto exposto. A pesquisa foi feita através de questionário, contendo duas partes, com quatro perguntas em cada parte.

Os dados desse questionário foram analisados e estão expostos neste trabalho.

No quarto capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos usados para execução desse trabalho. Aqui fora exposto o tipo de pesquisa realizada, os sujeitos participantes da pesquisa, os instrumentos utilizados na pesquisa e a análise dos dados colhidos.

Esperamos assim, contribuir para os futuros trabalhos a serem feitos nesta área e para a promoção da conscientização acerca do trabalho com a educação especial dentro da educação infantil.

II – UMA VIAGEM PELA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1. Histórico da Educação Infantil no Brasil.

Historicamente, a educação infantil acontecia sob a responsabilidade da família, especialmente da mãe. Era na convivência familiar que a criança adquiria os saberes necessários à sua formação e ainda apreendia conhecimentos acerca da sociedade em que vivia seus costumes, suas tradições e como atuavam dentro dessa sociedade.

O acontecimento da revolução industrial que teve início no século XVIII, na Europa mais precisamente na Inglaterra, refletiu no modo de vida, no trabalho das famílias aqui no Brasil e consequentemente, na maneira como essas famílias educaram seus filhos. Essa revolução, que cresceu consideravelmente durante todo o século XIX, trouxe consigo o sistema capitalista que reorganizou o modo de trabalho da classe operária, submetendo essa classe ao regime fabril e maquinário, além de existir um modelo novo de sustento familiar. (SANTIAGO, 2011, p. 203).

Dentro desse contexto, observou-se que a força física dispensada ao manuseio das máquinas era mínima, sendo assim, não só os homens, mas também mulheres e as crianças, apesar de terem sua mão de obra desqualificada e barateada, foram absorvidas pelo mercado de trabalho e pelas linhas de produção industriais. Mas o trabalho infantil não durou por muito tempo, pois a classe trabalhadora organizada protestou contra essa prática. Ao contrário das crianças, as mulheres permaneceram no mercado de trabalho.

Com essa inserção e permanência da mulher e mães no mercado de trabalho, surge uma nova necessidade, quem cuidaria das crianças pequenas? Então cuidadoras foram contratadas para substituir os cuidados maternos. Cada vez mais as mulheres deixavam seus lares e seus filhos sob os cuidados de outras pessoas.

De acordo com Paschoal e Machado:

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao

optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.3).

Até aqui observamos que a educação infantil, era de caráter privado, pois as mães pagavam para alguém cuidar de seus filhos e assistencialistas, pois ainda não havia o entendimento da educação infantil como fase educativa, sendo as instituições que surgiram na época, unicamente preocupadas com o amparo, o cuidar, o assistir.

Nesse contexto, ainda não existia do Estado a preocupação com a educação infantil. Segundo Silva (2008, p.57) “entendida como uma questão de âmbito privado, o Estado se atribuía responsabilidades somente em relação à criança à qual faltassem recursos”.

Percebendo a gravidade da situação e preocupadas com as possíveis consequências, a sociedade reunida organizou inúmeros protestos, movimentos e manifestações em prol da construção de creches para o atendimento de forma gratuita às suas crianças.

Percebe-se, portanto que, as creches que surgiram no Brasil, no final do século XIX, estiveram voltadas às questões trabalhistas, pois tentavam sanar uma necessidade das mães trabalhadoras, na tentativa de amenizar os prejuízos produzidos pelo sistema capitalista e voltadas também às questões assistencialistas, visto que o objetivo principal das instituições era cuidar, tomar conta (dar banho, dar comida, por para dormir) e não educar.

As primeiras instituições que surgiram no Brasil eram filantrópicas e funcionavam sob a responsabilidade de entidades religiosas ou associações das damas da sociedade voltadas à prática da caridade e tinha como objetivo cuidar dos filhos das mães trabalhadoras, buscando diminuir a mortalidade e o abandono infantil. Assim, ofereciam serviços higiênicos-sanitários, além de alimentação e segurança física das crianças. (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.83).

Desde o início da revolução industrial e do sistema capitalista até o início dos anos de 1980, muitas foram às reivindicações que deram origem as leis, para surgimento das creches aqui no Brasil e as mantiveram organizadas enquanto instituições de cuidado infantil. Nessa década, por ocasião da pressão dos movimentos populares, que aconteceram com mais força nas

regiões periféricas do país, as creches cresceram de forma intensificada, mas ainda com o mesmo propósito em seu atendimento.

Apenas com a Constituição Federal de 1988, que vigora atualmente, em seu capítulo III, (seção I. arts. 205 e 208, p. 118-119), houve uma atenção maior à educação infantil, como um direito da criança enquanto sujeito social.

Esse documento é, portanto, considerado um marco na definição dos direitos da criança, sobretudo na primeira infância. Então, baseado no que diz a constituição, notamos a necessidade de atender à criança pequena nas instituições de educação infantil/creches, não mais de forma assistencialista, mas preocupando-se com, além do cuidado, a educação, o bem estar e o desenvolvimento global dessa criança.

Hoje, a educação infantil é reconhecida, como a primeira e mais importante etapa da educação básica, não obrigatória, optativa à família. Para ela são destinadas verbas e recursos, com o objetivo de oferecer à comunidade uma prestação de serviço de qualidade, além de contar com outras leis que servem como base para o trabalho com essa fase.

2.2. A Base Legal da Educação Infantil.

Durante um longo período, as instituições cuidadoras de crianças, dedicaram suas rotinas à guarda, higiene e assistência às crianças, já que estavam preocupadas com a situação de maus tratos e abandono no qual viviam os pequenos.

Aqui no Brasil, apenas na década de 1980, iniciaram-se os debates em torno da educação das crianças pequenas, sobre o desempenho das instituições voltadas ao trabalho com esse público e também sobre o papel do Estado nesse processo. Então, em 1988 a Constituição Federal, em seu art. 208 e inciso IV, reconheceu que o atendimento à criança pequena de 0 a 6 anos de idade é um direito da criança e um dever do Estado. E na Constituição está escrito que: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.” (BRASIL, 1988, p.119).

A partir daí, iniciou-se a mudança na ideia sobre a função social da creche e em que condições devem acontecer o atendimento às crianças de zero a seis anos.

Com a continuação desse pensamento e com a ocorrência de inúmeros outros debates, a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que objetiva além de proteger integralmente à criança e o adolescente, garantir seu acesso e permanência à educação.

Segundo o ECA (1990), no seu capítulo IV, art. 53, inciso I, II, e V:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

V – acesso à escola pública e gratuita próximo de sua residência. (BRASIL, 1990, p. 20).

E em seu art. 54, inciso IV, o ECA também diz que: “é dever do Estado assegurar à criança atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.”

A cada documento instituído, ocorre o reforço ao que diz a constituição a respeito da educação infantil. Portanto, a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases (LDB), busca definir e regularizar a educação no Brasil. Assim, a LDB (título II, art. 2º) diz que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 8).

E ainda, em seu (título III, art. 4º, inciso IV) a LDB diz que: “o dever do Estado com a educação pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.” (BRASIL, 1996).

Neste sentido é importante ressaltar que a LDB foi atualizada neste ano de 2013, por meio da Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. Essa lei trás algumas mudanças à educação infantil, com o objetivo de melhorar o atendimento às crianças. A educação Infantil, parte integrante da educação básica, é uma das

áreas educacionais cuja demanda é crescente. Na seção II encontram-se alguns artigos que tratam de diversas questões relacionadas a essa fase da educação.

No art. 29, a educação infantil é vista como primeira etapa da educação básica, e tem “como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos”, considerando seus “aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 2013, p. 25).

No que diz respeito à oferta da Educação Infantil, o mesmo documento reforça em seu art. 30, a educação infantil será oferecida em: “creches, ou entidade equivalentes, para crianças de até três anos de idade; e pré-escola, para as crianças de quatro e cinco anos de idade”. (BRASIL, 2013, p. 26).

Segundo a mesma Lei a partir dos seis anos de idade, as crianças devem ser matriculadas no ensino fundamental, dando continuidade a sua escolarização.

O art. 31 diz que a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

“avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; a carga horária mínima anual será de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional; o atendimento à criança será de, no mínimo 4 horas diárias para o turno parcial e 7 horas para a jornada integral; para o controle de frequência pela instituição de educação pré-escola, será exigida a frequência mínima de 60% do total de horas; e a será realizada expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança”.

Percebe-se que todas essas mudanças têm como objetivo principal o atendimento com qualidade e a promoção de um bom desenvolvimento global às crianças da educação infantil.

Para atender ao que está determinado na Lei nº 9.394/96 (LDB), ou seja, “que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica”, foi publicado em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI).

Esse documento está unicamente voltado para essa fase da educação. Resultado de um amplo debate nacional acerca da educação das crianças pequenas, o RECNEI tem como objetivo central nortear a prática pedagógica do professor no que se refere aos objetivos, conteúdos e orientações didáticas, respeitando a diversidade cultural do Brasil, além de incentivar a interação entre creche, família e comunidade.

O RECNEI está dividido em três volumes distintos, organizados em introdução, formação pessoal e social e conhecimento de mundo. No primeiro volume é apresentada uma reflexão sobre as creches e pré-escolas do Brasil, a concepção de criança e de educação. O segundo volume discute os processos de construção da identidade e autonomia das crianças, e por fim, o terceiro e último possui seis partes referentes aos eixos, a serem trabalhados para a construção das diversas linguagens, desenvolvidas pelas crianças.

Esse documento deve estar sempre ao alcance dos educadores, haja vista a relevância de seu bom aproveitamento. Deve ser utilizado como instrumento de trabalho diário, pois o RECNEI busca contribuir com as políticas públicas voltadas à educação infantil nortecendo o trabalho dos professores e de toda a equipe técnica da instituição.

A construção da cidadania das crianças é um dos alvos dos conteúdos expostos no RECNEI e para que isso ocorra às crianças precisam contar com professores qualificados e conscientes do seu papel enquanto mediadores do conhecimento.

2.3. Os Pilares da Educação Infantil

Uma das discussões mais relevantes feitas acerca da educação infantil se dá em decorrência da busca na qualidade da prestação dos serviços nas instituições voltadas ao trabalho com essa importante fase da educação.

Para tanto se faz necessário o debate, em documentos oficiais, voltado à compreensão das funções de cuidar e educar como algo integrado e indissociável, caracterizando assim, uma nova concepção de Educação Infantil.

Pretende-se com a implantação dessa nova concepção de Educação Infantil, desconstruir a ideia assistencialista que permeavam as instituições de educação infantil do início do século passado, na qual o cuidar estava relacionado aos cuidados com a saúde, alimentação e higiene, enquanto que o educar estava voltado à transmissão de conhecimentos e normas de comportamento e boas maneiras.

As instituições de educação infantil contemporâneas devem, portanto, oferecer indiscriminadamente às crianças ali assistidas, plenas condições de desenvolvimento integral, ou seja, o público das creches e pré-escolas, crianças de 0 a 5 anos de idade, deve ter de forma interativa a possibilidade de se desenvolverem satisfatoriamente em seu contexto social, emocional, cognitivo e cultural além das diversas linguagens, para uma construção autônoma de sua identidade, fato que contribuirá para sua inserção na sociedade.

Essa possibilidade de desenvolvimento global aqui colocado, ou seja, o educar significa para o Referencial Nacional para a Educação Infantil - RECNEI (1998).

Propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p.23)

É necessário compreender que a atenção pedagógica e os cuidados direcionados às crianças nas creches e pré-escolas, devem ser por vezes coletivos, direcionados ao grupo, a exemplo das atividades em sala de aula e as brincadeiras coletivas, e por vezes individual observando e intervindo nas dificuldades e necessidades de cada criança individualmente, respeitando a criança como ser social, coletivo e único ao mesmo tempo.

Os atos de cuidar e educar não deve acontecer em “momentos especiais”, eles devem estar inseridos na rotina diária da creche, devem ser entendidos como ações pedagógicas. Sendo assim, os aspectos que podem parecer simples cuidados, podem e devem ser trabalhados no contexto educativo, pois no momento em que o/a educador/a troca uma fralda, dar um banho ou ajuda uma criança a se alimentar, ele/a deve também conversar com

a criança e explicar para ela a importância daquele procedimento para o seu desenvolvimento e ainda deve incentivar a criança a repetir esse procedimento, sozinha como forma de contribuir para sua independência, dentro e fora da instituição.

Portanto, percebe-se que para promover o duplo objetivo da educação infantil, o/a profissional precisa acima de tudo ser comprometido com o seu trabalho e com o seu público alvo, ser responsável e acreditar no potencial de cada criança, além de ser afetivo, visto que as relações se estabelecem e se desenvolvem através de laços afetivos, ou seja, para que uma criança se desenvolva consideravelmente é necessário que ela seja estimulada desde cedo e ainda é preciso que esse estímulo venha de alguém com quem ela mantenha uma boa relação afetiva. Acerca dessa afirmativa o RECNEI (1998) diz que:

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com a sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção do vínculo afetivo entre quem cuida e quem é cuidado. (BRASIL, 1998, 24-25)

O cuidar é parte integrante do educar, embora este procedimento extrapole as dimensões do conhecimento pedagógico. Pois, é preciso bem mais que isso, é preciso o desejo de ajudar, de sanar necessidades, além de conhecimentos em outras áreas específicas.

A Educação Infantil, segundo a Constituição Federal de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 1996, é um direito das crianças e dos pais e um dever do Estado. Hoje é compreendida também, como sendo a primeira etapa da educação, integrando assim, um momento importante para a construção e acesso ao conhecimento e o desenvolvimento global das crianças de 0 a 5 anos de idade. É, portanto, um espaço privilegiado de convívios, rico em diversidades e ainda oferta às crianças uma gama de conteúdos a serem trabalhados com o objetivo de enriquecer as experiências ali vivenciadas.

Sendo assim, a Creche é um espaço de aprendizagens, vivência de experiências e socializações dos conhecimentos adquiridos dentro e fora das instituições de educação infantil. Aprender a conviver e relacionarem-se com pessoas que possuem habilidades e competências, são imprescindíveis para o

desenvolvimento. A estrutura curricular da educação infantil é construída com base nos Eixos Norteadores.

A Creche e pré-escola têm o papel de – além de outros já mencionados- ofertar aprendizagens que contemplem a aquisição de diferentes linguagens pelas crianças, através dos conteúdos apresentados em: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

2.3.1 Movimento

Para o RECNEI (1998, p. 15, Vol.3): “O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana.” (BRASIL, 1998,p.15). As crianças desde cedo apresentam essa habilidade. Primeiramente são movimentos reduzidos, em seguida, esses vão se aperfeiçoando e adquirindo dimensões bem mais expressivas. O movimento humano tem um sentido maior do que um simples deslocamento, ele expressa também as interações, as necessidades e interesses daquele corpo que o pratica. A forma como as crianças pulam, brincam, correm ou andam, por exemplo, demonstram como interagem com o meio em que estão inseridos, pois são executados para expressar inúmeras situações.

O movimento na educação infantil tem como objetivos, entre outros:

explorar as possibilidades do próprio corpo; conhecer os ritmos e gestos, para expressar-se nas diversas situações do cotidiano; desenvolver as capacidades motoras; controlar gradualmente o próprio corpo; explorar as qualidades e dinamismos do corpo, a exemplo da velocidade, resistência e flexibilidade. (BRASIL, 1998, p. 27).

2.3.2 Música

Relacionado à música o (RECNEI 1998) diz que:

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. (BRASIL, 1998, p. 45).

A música é uma das melhores formas de expressão humana e suas emoções. Através da linguagem musical, as civilizações humanas interagem, se comunicam, promovem situações e por isso está sempre presente no contexto educativo, principalmente na educação infantil.

A música como conteúdo da educação infantil, tem como objetivos:

ouvir, perceber e discriminar sons diferentes; brincar, imitar, inventar e reproduzir criações musicais; perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos por meio de improvisações, composições e interpretações musicais. (BRASIL, 1998, p. 55).

2.3.3 Artes Visuais

Sobre as Artes Visuais, o (RECNEI 1998) afirma:

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional com tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados, entalhes etc. (BRASIL, 1998, p.85)

As Artes Visuais também são consideradas linguagem, pois expressam sentimentos e experiências cotidianas. Quando uma criança desenha, pinta ou rabisca ela está expressando uma situação, uma necessidade, sua convivência com as demais pessoas de um determinado grupo ou até mesmo um desejo. Por isso, se trata de um importante conteúdo a ser trabalhado na educação infantil, visto a expressividade que ele representa.

Os objetivos das Artes Visuais na educação infantil são:

ampliar o conhecimento de mundo, manipulando diferentes objetos e materiais; utilizar diversos materiais gráficos e plásticos sobre diferentes superfícies para ampliar suas possibilidades de expressão e comunicação; interessar-se pelas próprias produções, pela de outras crianças e pelas diversas obras artísticas, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura; produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da colagem, da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação. (BRASIL, 1998, p. 95).

2.3.4 Linguagem Oral e Escrita

Diz o (RECNEI 1998) que:

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais. (BRASIL, 1998, p.117)

A linguagem oral e escrita representa um eixo de muita relevância para a educação infantil, pois é através desse desenvolvimento que as crianças irão se inserir nos processos de formação pessoal e social, de interação com os demais, de construção e ampliação de conhecimentos e desenvolvimento do

pensamento. Todos esses processos estão ligados ao desenvolvimento das capacidades de falar, escutar, ler e escrever.

Alguns objetivos da linguagem oral e escrita são:

interessar-se pela leitura; familiarizar-se com a escrita, através de situações cotidianas e contato com livros, revistas, histórias em quadrinhos etc; escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor. (BRASIL, 1998, p. 131).

2.3.5 Natureza e Sociedade

Sobre esse eixo o (RECNEI 1998) afirma: “O mundo onde as crianças vivem se constitui em um conjunto de fenômenos naturais e sociais indissociáveis diante do qual elas se mostram curiosas e investigativas.” (BRASIL, 1998, p.169).

O eixo natureza e sociedade permite às crianças sanarem sua curiosidade e porem em prática seu poder investigativo, pois neste eixo estão listados os inúmeros assuntos de seu interesse. Assuntos ligados à natureza, aos animais, as plantas e as datas comemorativas devem ser expostos de forma lúdica e prazerosa, dentro da sala de aula ou em outros ambientes da creche.

São objetivos do eixo natureza e sociedade:

explorar o meio ambiente; interessar-se pelo mundo social e natural, mostrando suas opiniões; estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e o modo de vida características de seu grupo social e de outros grupos; estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem. (BRASIL, 1998, p. 175).

2.3.6 Matemática

Segundo o (RECNEI 1998):

Fazer matemática é expor ideias próprias, escutar as dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas, confrontar, argumentar e procurar validar seu ponto de vista, antecipar resultados de experiências não realizadas, aceitar erros, buscar dados que faltam para resolver problemas, entre outras coisas. (BRASIL, 1998, p. 207).

Desde muito cedo as crianças começam a vivenciar situações que envolvem a matemática, com a noção de espaço e tempo, quantidade etc. Elas precisam demonstrar sua idade com dedos, contar quantas balas tem na sacolinha de doces que recebeu na festa de aniversário, contar as figurinhas e

bolas de gude, contar os vestidos das bonecas, entre outras situações cotidianas da infância que envolve o uso da matemática.

A educação infantil tem como objetivo organizar as informações matemáticas obtidas para aquisição de novos conhecimentos, atendendo assim as necessidades das crianças de desenvolver essa habilidade.

Como outros objetivos da matemática estão:

estabelecer aproximação a algumas noções matemáticas presentes no seu cotidiano, como contagem, relação espacial etc; reconhecer e valorizar os números, comunicar ideias matemáticas; ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando conhecimentos prévios. (BRASIL, 1998, p. 215).

Diante desses seis eixos, o educador/a deverá ter condições de ao desenvolvê-los promover o desenvolvimento das crianças de forma a proporcionar a construção de sujeito conhecedor das diversas linguagens existentes na sociedade.

2.4. Formação do Professor para Educação Infantil

Hoje já temos o conhecimento, que a creche pré-escola tem uma importante função social. Portanto, não se concebe a esta instituição apenas a função de “tomar conta” das crianças, enquanto seus pais ou responsáveis cumprem sua jornada de trabalho. O papel da creche na contemporaneidade é bem mais complexo.

As leis que norteiam o trabalho com a educação infantil exigem que a creche pré-escola, ou seja, as instituições voltadas às crianças de 0 a 5 anos de idade, desempenhem um papel educativo, também. Então não cabe mais a essas instituições, desenvolver um trabalho meramente assistencialista como acontecia no passado.

Para que a creche verdadeiramente incorpore um perfil cuidador e educador, é necessário que levemos em consideração vários aspectos, como por exemplo, a estrutura física do prédio, os recursos adequados para o desenrolar do trabalho e o que aqui julgamos ter maior relevância para a discussão, profissionais capacitados para dar o suporte necessário nos diversos setores. Dentre esses profissionais, o professor receberá de nós maior

atenção tendo em vista que esse profissional está diretamente ligado ao cuidar e ao educar, principais objetivos no atendimento as crianças dentro da creche.

Partimos do pressuposto que para se desempenhar satisfatoriamente uma função, é preciso entender, ter preparo, conhecimento e competência para tal. Não esperamos para tanto que, alguém nasça carregando consigo essa gama de atributos aqui citados. Só nos resta pensar, portanto, que para desempenhar aquela função, a pessoa passou por um processo de aprendizagem, ou seja, aulas teóricas, práticas e as mais variadas orientações sobre o tema. Pelo menos é isso que esperamos e desejamos de alguém que ocupa uma função.

Mas, infelizmente, nem sempre é assim, nem sempre as pessoas estão preparadas adequadamente para desenvolverem uma tarefa. Elas muitas vezes não gostam, nem sabem fazer corretamente o que é preciso, mas permanecem ali por necessidade, por não aparecer coisa melhor para fazer e ter naquele trabalho a única forma de obter algum dinheiro e assim sanar suas necessidades financeiras, pois segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RECNEI (1998):

...nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima cuja denominação é variada: berçarista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitora, recreacionista etc. (BRASIL, 1998, p.39)

O professor de educação infantil, denominação utilizada pelo RECNEI (1998), em consonância com a LDB (1996), deve ser alguém que fuja dessa condição desmotivada explicitada acima. Ao contrário, o professor/educador da educação infantil deve ser um profissional que apresente competências e habilidades polivalentes. Isto significa dizer que, este profissional deve ser capaz de trabalhar de forma multidisciplinar atendendo ao currículo destinado a educação infantil, que contempla diversas áreas do conhecimento. Sobre isso diz o RECNEI (1998):

...é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões relativas aos cuidados e aprendizagens infantis. (BRASIL, 1998, p.41).

Para tanto, é esperado que esse profissional de educação infantil tivesse uma formação adequada, bastante ampla, voltada ao trabalho pedagógico e

suas particularidades, assumindo a postura de um eterno aprendiz, refletindo sobre sua prática, buscando sempre novas possibilidades e interagindo com outros profissionais da instituição, no intuito de atender bem as necessidades das crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96, no título VI, art.62, que trata dos profissionais da educação preconiza que,

A formação de docentes para atuarem na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, p.46).

Diante da existência e divulgação de todas essas leis voltadas a educação infantil e formação de professores para esse seguimento, esperam-se que a cultura de permitir que pessoa de qualquer outra área de conhecimento, ou até mesmo aquelas que não possuem nenhuma formação, estejam nas salas de aula, desempenhando mal o papel do professor chegue ao fim, buscando dessa forma atender as crianças da educação infantil com a qualidade que elas merecem e que determinam as leis.

Hermida (2009, p.207) comenta sobre o profissional da educação infantil e seu trabalho, ele diz que:

O trabalho com a criança pequena requer competências diversas, uma vez que envolve o cuidar e o educar de forma integrada. Trabalhar com conteúdos e habilidades diversas abrangendo desde os cuidados básicos essenciais até as diversas áreas do conhecimento, requer dedicação e esforço redobrados, pois a condição de educador exige constante reflexão sobre a prática,... É preciso que o educador além de uma afinidade com o público infantil, desenvolva a consciência da importância de sua função; busque nos fundamentos teóricos a compreensão das causas que envolvem o processo educativo, investigue essas causas e indique a solução para as mesmas.

A Lei nº 9.394/1996 da LDB no seu art. 61 destaca que: “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formado em cursos reconhecidos, são:”

I-professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensino fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com título de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em áreas pedagógicas ou afins.
(BRASIL, 1996, p.45).

O profissional da educação infantil deve estar preparado para desempenhar sua função de forma a garantir uma aprendizagem significativa, bem como manter uma relação de amizade e respeito com as famílias e a comunidade para conhecer o contexto no qual seu aluno está inserido.

III. COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1. Contexto Histórico da Inclusão

Se consultarmos dicionários, encontraremos o significado da palavra inclusão como sendo inserção, introdução. Porém, a inclusão não é apenas inserir alguém, mas criar meios e ferramentas para que uma pessoa não só seja introduzida no convívio com os demais, mas garantir a participação efetiva desse cidadão no contexto em que vive. Em outras palavras, inclusão é usufruir dos seus direitos.

Inclusão em geral, antes de tudo é atitude, assim sendo, é construída a partir da interiorização da aceitação, da ação colaborativa e da convivência com as diferenças. É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro partilhando e acolhendo todas sem exceção.

Na Idade Antiga, o que dominava era a exclusão sendo bastante forte, pela qual os grupos dos oprimidos eram todos eliminados de qualquer forma, pois eram vistos como uma vergonha para a sociedade. Na Idade Média, a situação das pessoas com deficiência passou da condição de exclusão para a condição de segregação, com a criação de instituições para abrigar os indivíduos rejeitados pela sociedade. Na Idade Moderna, era chamada Integração e os grupos dos oprimidos iriam para instituição, escola especializada, servindo para tratamento de “correção”.

Já na Contemporaneidade, predomina a chamada Inclusão na qual os grupos dos oprimidos têm liberdade de expressão, direito social, cultural, respeito e educação para todos.

No Brasil, no século XIX na época do Império, o Imperador D. Pedro II baixou o Decreto Imperial nº 1.428, criando no dia 12 de setembro de 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, instituição pioneira que marcou o início o atendimento especializado as pessoas com deficiência visual no Brasil e na América Latina. Atualmente tal instituição é conhecida como Benjamim Constant - EIBC. (WWW.ibc.gov.br)

Ainda na época do império em 26 de setembro de 1857 no Rio de Janeiro, o imperador também fundou a primeira instituição para surdos no Brasil, era o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que passou a educar os surdos da época, em busca de tirá-los do anonimato no qual viviam.

Também no século XIX, em 1874 foi iniciado atendimento no Hospital Estadual de Salvador, para pessoas com deficiência intelectual. As expressões utilizadas nessa época eram retardadas, dementes, entre outros.

No século XX, mais especificamente, em 1906 foi construído a Fundação do Instituto de Cegos do Recife. Como nos mostra a Tese de Mestrado em Psicologia do Professor aposentado do Departamento de Psicologia da UFPE, Adailson Medeiros, em 1925 foi fundado em Pernambuco a Instituição de Psicologia, primeira escola fundada para “crianças anormais” – como eram chamadas as pessoas com deficiência intelectual na época – demonstrando o começo da preocupação com esse público.

Para dar segmento a esse trabalho para pessoas com deficiência intelectual, surge em 1926 o Instituto Pestalozzi, fundada em Canos (RS). Foi a primeira instituição não governamental do Brasil fundada para educação especial, especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual. Em 1945, no Rio de Janeiro, é criada a Sociedade Pestalozzi, a primeira instituição que oferece atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação.

Fundada em 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em prol das pessoas com deficiência intelectual, na época chamadas de mongoloides ou retardadas.

Todas essas instituições citadas, eram filantrópicas, foram fundadas e funcionavam pela iniciativa da sociedade civil – não contavam com nenhuma ajuda e atenção dos governantes - sensibilizada com a situação de parentes e amigos com algum tipo de deficiência.

A educação de pessoas com deficiência foi assumida pelo Governo Federal através de campanhas, sendo a primeira intitulada Campanha de Educação para os Surdos, instituída sob o Decreto nº 42.728 de 03 de dezembro de 1957, nesta data então foi promovida a campanha o para Surdo Brasileiro. No ano seguinte, em 1958 foi promovida a Campanha de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão e ainda no ano de 1960, foi promovida a Campanha de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). (SANTIAGO, 2011, p. 250).

Todas essas campanhas promovidas pelo Governo Federal tinham o objetivo de legalizar o atendimento às pessoas com deficiência, de maneira a propiciar assistência educacional de qualidade.

Como prova dessa preocupação com o bem estar das pessoas com deficiência no Brasil, o Governo Federal decreta em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que explica o compromisso do poder público brasileiro com a educação especial e ainda, aponta o direito dos “excepcionais” à educação. (BRASIL, 2007)

Na década de 70 mais precisamente no ano de 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial.- Cenesp, responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil, que objetivava dar consistência as ações educativas adotadas às pessoas com deficiência. Até aqui não existiam leis que assegurassem a todos o acesso e permanência nas escolas do país. (BRASIL, 2007)

Em 1988, a Constituição Federal chega como marco na garantia de uma educação igualitária, antidiscriminatória e de qualidade a todas as pessoas com ou sem deficiência.

No ano de 1994 acontece o Movimento Direito de Todos à Educação, a finalidade de incluir as pessoas com deficiência – capazes de acompanhar as atividades contempladas no currículo escolar – na escola regular de ensino.

Desde a década de 1950 até os anos 90, foram usados diversos termos como referência às pessoas com deficiência. Um dos primeiros foi “Excepcional”, usado para referir-se a pessoa com deficiência intelectual; “Deficiente”, dá um adjetivo ao sujeito, caracterizando-o com alguém ineficiente; “Portador de Deficiência” essa nomenclatura trata a deficiência como algo a ser descartado a qualquer momento, assim como um documento, ou qualquer outro objeto; “Portador de Necessidades Especiais”; todos são especiais, todos nós temos necessidades, seja para ler e então necessitamos de óculos, ou para caminhar, daí utilizamos uma bengala, por exemplo.

Foi então que em 1999, passou-se a utilizar o termo “Pessoa com Deficiência”. Usa-se essa expressão junto com o tipo de deficiência dessa pessoa, por exemplo, pessoa com deficiência visual. Especifica-se, portanto, a deficiência daquela pessoa sem, no entanto, tirar sua eficiência em outras

habilidades. Até os dias atuais, usamos essa expressão além de: transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A inclusão ganhou também espaço a partir da Declaração de Salamanca 1994, promulgada no Brasil em 1998 pela UNESCO e a Carta de Guatemala 1999, promulgada no Brasil pela UNESCO em 2001. Com o compromisso de garantir os direitos educacionais para todos os cidadãos, preconiza a proibição de qualquer tipo de discriminação, exclusão ou restrições baseadas nas deficiências. Esses dois documentos internacionais influenciaram muito o Brasil no que diz respeito às políticas públicas.

No século XXI, mais especificamente em 2001, A Lei nº 10.172/2001 do Plano Nacional de Educação – PNE traduz o que seria considerado um grande avanço na década da educação e chama a atenção para a construção de escolas verdadeiramente inclusivas, que venham oferecer ao aluno com deficiência, além de matrícula, uma permanência digna na escola. Tal escola precisa ter estrutura física que atenda as necessidades de sua deficiência, convivência com os demais alunos da instituição e ainda educadores com formação adequada para realizar um atendimento educacional especializado.

A portaria nº 2.678 em 2002 o MEC aprova Diretrizes para o ensino de Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo-a como sendo a primeira língua a ser utilizada pelas pessoas com deficiência auditiva. O uso do sistema Braille passa a ser recomendado por todo o país.

Em 2003, o MEC executa o “Programa Educação Inclusiva” que visa transformar o sistema de ensino, tornando-o inclusivo e para isso promove formações para os educadores e gestores, na tentativa de garantir de uma educação de qualidade e especializada.

No ano de 2004 o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de divulgar as diretrizes para a inclusão dos alunos com deficiência nas salas comuns das escolas regulares, garantindo sua convivência com os demais alunos, sobretudo aqueles sem deficiência.

No ano seguinte, em 2005, o decreto nº 5.626/05, estabelece a inclusão da Libras como disciplina curricular e primeira língua a ser estudada e utilizada

pelo aluno surdo, além de garantir o ensino da língua portuguesa como segunda língua usada e estudada.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas – ONU aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, buscando garantir que a pessoa com deficiência não sejam excluídas das escolas, nem do ensino gratuito, em iguais condições com as demais pessoas de sua comunidade.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmando os eixos de formação de professores para a Educação Especial, salas de recursos, acessibilidade arquitetônica nas escolas, acesso e permanência das Pessoas com Deficiência na educação superior, com o decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação.

Espera-se que muito em breve a “diferença” seja vista com algo positivo, além de ser respeitada e que a diversidade seja aceita.

3.2 Educação Inclusiva: O que diz a Lei 12.796/2013

Será que os nossos alunos estão sendo preparados e/ou orientados para conhecer e respeitar a pluralidade na sociedade? Ou ainda estamos reproduzindo a velha concepção da educação igualitária? E a Lei nº 12.796/2013 será que funciona na prática?

Essa Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no que diz respeito à formação dos profissionais da educação, entre outras abordagens.

No que trata da educação especial, a LDB, em seu art. 58 assim a define: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Ainda sobre a educação especial, os parágrafos que seguem, recomendam que:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 2013)

A Lei em discussão torna obrigatória a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas escolas regulares, instituições especializadas, mercado de trabalho, acesso igualitário aos programas e também qualificação dos profissionais da área.

E sobre a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional, a Lei em estudo, no seu art. 59, diz que o sistema de ensino assegurará aos educandos:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 2013)

A busca pela inclusão nas leis educacionais é uma tentativa de demonstrar que elas refletem a tensão presente na sociedade.

É preciso ressaltar que a Lei é uma ação afirmativa na medida em que busca reparar prejuízos causados às pessoas com deficiência, transtornos, altas habilidades ou superdotação e tem como objetivo uma nova prática

educacional galgada na diversidade e no respeito. Colocar essa Lei em prática significa capacitar professores e efetivar a inclusão.

A Lei 12.796 representa um avanço no reconhecimento da inclusão e em seu art. 60 nos mostra que: “os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.”

A escola tem um papel fundamental, desde incluir, explorar a capacidade dos alunos, exaltar o que eles têm de melhor, dessa forma, minimizando as limitações de cada discente, afinal todos nós somos limitados de alguma forma.

E como última referência feita a esta Lei, ressaltamos o seu parágrafo único, pois este afirma que: “o poder público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.” (BRASIL, 2013, parágrafo único).

A escola inclusiva é o lugar que acolhe todas as pessoas sem exceção e com capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.

De acordo com Silva (1999) o currículo numa visão pós-estruturalista deve incorporar as questões emergentes, por isso é aberto, flexível, descentralizado do sujeito. É um currículo que dá ênfase à linguagem, ao subjetivismo, às questões de etnia, gênero, deficiência, classe social, entendendo que há uma série de culturas diferentes, de dialetos.

Porém, em algumas escolas regulares o aluno com deficiência é inserido no canto da sala com uma “cuidadora”, tornando o aluno excluído nas demais atividades escolares. O importante é que a escola faça o aluno sentir-se útil e produtivo, tanto quanto qualquer outro aluno. É indispensável que sejam pensadas atividades que todos possam realizar, para que de fato ocorra a inclusão. Incluir pessoas com deficiência nas escolas regulares devem seguir os seguintes critérios: Mudança Arquitetônica, Trabalho Pedagógico especializado e com Atitudes. Só assim haverá a inclusão efetivada.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997): “trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou medidas extras que atendam às necessidades individuais”. (BRASIL, 1997, p.63).

A escola deve respeitar a diversidade e considerá-la como um fator de enriquecimento para a educação de seus alunos e a aquisição do conhecimento desses. Deve também perceber importância da diversidade para o desenvolvimento e a socialização de todos.

3.3 Trabalhando com as Diferenças

Os temas Transversais nos Parâmetros Curriculares – PCN (1997) traz adaptações curriculares na questão do pluralismo de culturas, tendo a necessidade de aproximar os alunos e educadores e para entender a diversidade existente no país.

O educador precisa entender que não existe homogeneidade nos alunos, que cada um tem sua particularidade. Em suma, para o educador trabalhar com as diferenças é necessário ter conhecimento de qual o nível o seu aluno se encontra, de modo a fazer ligação com os conhecimentos para que aprendam os conteúdos dados em sala de aula. Assim, envolver os alunos de acordo com seus valores, explorar no educando uma conscientização que o mobilize e o coloque no lugar do outro, trabalhando de forma diversificada e inclusiva, modificando sua formação interior, é tarefa do educador.

Um desafio para o professor é colocar de forma sistematizada todos os conteúdos para os seus alunos de forma inclusiva, mostrar que todos são iguais independentemente de sua cor, gênero, etnia, cultura, deficiência, classe social e entre outras, utilizar a melhor forma cultural de cada aluno a ser trabalhada na sala de aula.

O professor deve ter o conhecimento diversificado, aprender como se colocar diante dos desafios apresentados no seu cotidiano em sala de aula, adquirir meios para trabalhar todas as diferenças, para haver interação, respeito aos limites de cada pessoa e mostrar a importância de cada um na sociedade.

Existem diversos livros paradidáticos que trazem histórias de crianças com deficiências, transtornos, superdotação ou altas habilidades de forma lúdica que podem ser trabalhados na sala de aula.

Toda criança traz consigo para a sala de aula aquilo que já aprendeu com seus pais e familiares, mas é no âmbito escolar que se permite ampliar a visão do aluno não limitando-o as suas experiências cotidianas, mas a aprender novas experiências humanas. Cada indivíduo se torna responsável a dar continuidade a sua cultura e espécie. A criança ao adquirir os conhecimentos de suas origens internaliza e sistematiza, ampliando na escola e isso deve ser inserido e valorizado pelos profissionais da área da educação.

IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipo de Pesquisa

Considerando que a metodologia de um trabalho acadêmico revela-nos o caminho, os sujeitos e os instrumentos de uma abordagem da realidade em que se busca compreender, nosso estudo insere-se no âmbito das abordagens qualitativas da pesquisa em educação, vinculada a grande área das Ciências Sociais. Utilizamos a pesquisa qualitativa, pois ela nos oferece características peculiares para compreender o objeto deste trabalho.

Na busca de uma pesquisa que nos oferecesse subsídios para aprofundar ações e significados, esses muitas vezes, não perceptíveis em outra abordagem, como por exemplo, a pesquisa quantitativa, preocupada em dados e números. Elegemos a qualitativa, pois esse tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1994, p.21-22).

4.2 Sujeitos da Pesquisa

Escolhemos o Núcleo de Creches para realizar nossa pesquisa, por encontrarmos lá educadoras/pedagogas que respondem por um projeto voltado à educação infantil das creches acolhidas pelo Governo do Estado vimos, portanto, a necessidade de questioná-las acerca de seus conhecimentos sobre a educação especial, visto a necessidade atual de um olhar diferenciado sobre esta questão.

Em uma pequena sala, estão concentrados os setores de pedagogia, onde quatro pedagogas são responsáveis por dar suporte pedagógico aos docentes das creches, elaborando projetos a serem trabalhados durante todo o ano letivo, capacitando e orientando os professores, entre outras atividades; o setor de nutrição, onde três nutricionistas são responsáveis por elaborar

cardápios com alimentação saudável, destinada às crianças, orientar as cozinheiras quanto ao preparo e higienização dos alimentos, entre outras atividades e a secretaria, onde uma secretária é responsável por toda a parte de documentação.

4.3 Instrumentos da Pesquisa

O instrumento de coleta de dados responsável por subsidiar uma análise mais aprofundada dos sujeitos foi o questionário de caráter estruturado, aplicado com questões relacionadas à inclusão na prática pedagógica dos professores das creches pública da rede estadual de ensino. Baseia num método planejado padronizado e sistemático. Segundo Barbosa (1999), o questionário é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações. Podem ser desenvolvidos para medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstâncias da vida do cidadão, e outras questões.

A pesquisa foi realizada através da aplicação de um questionário, contendo duas partes e cada uma delas apresentando quatro questões. A primeira parte pedia informações pessoais e a segunda tentou avaliar o conhecimento no que diz respeito à educação especial na perspectiva inclusiva.

O questionário foi aplicado na sala 12, do 1º andar do Núcleo de Creches, da 1ª Gerência Regional de Ensino, da Secretaria de Estado da Educação, localizada à Rua João Machado, no bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa/PB.

Depois de serem solicitadas, três pedagogas se dispuseram a responder o questionário, e o fizeram no dia 14 de agosto de 2013, nos turnos da manhã e tarde, respeitando seus horários de trabalho naquele setor.

Todas leram o Termo de Consentimento, aceitaram suas condições e o rubricaram. Em seguida, responderam o questionário dentro de seus conhecimentos sobre o assunto. Em média, cinco minutos foi o tempo gasto para leitura e resposta do questionário.

Quando concluíram o questionário, as pedagogas revelaram que apenas uma das perguntas causou dúvida e sobre esta surgiu uma polêmica e saudável discussão entre o grupo.

No final do trabalho, agradecemos as profissionais à gentileza de terem contribuído com a construção do nosso TCC.

4.4 Análise de Dados

Aqui é analisado o questionário realizado com três pedagogas que trabalham com Educação Infantil. Este questionário está dividido em duas partes.

Analizamos primeiro a Parte I do questionário que se refere aos dados pessoais das pessoas questionadas. Em seguida, procedemos à análise da Parte II, que se refere aos conhecimentos das pedagogas sobre o tema estudado.

4.4.1 Parte I

Com relação à questão 1, relativa ao sexo das pessoas entrevistadas, 100% declararam ser do sexo feminino, o que revela que a grande maioria das pessoas que trabalham com educação infantil são mulheres.

No que se refere à questão 2, que diz respeito a formação acadêmica, 100% das pedagogas responderam que tem especialização, resposta que nos leva a crer, que se trata de pessoas preparadas para trabalhar com crianças pequenas.

Sobre à questão 3, que trata do tempo de formação acadêmica, 34% das respostas foi de 6 a 10 anos e 66% das respostas foi de mais de 15 anos, mostrando que as pessoas questionadas já tem um longo tempo de formação acadêmica.

E a questão 4, que fala do tempo de atuação na educação infantil, mostra que 34% das pedagogas trabalham com criança no intervalo de tempo entre de 6 a 10 anos, enquanto 66% revelaram que trabalham com crianças a mais de 15 anos.

4.4.2 Parte II

A questão 1 trata da nomenclatura atual para nos referimos à pessoa com deficiência e obtivemos 100% das respostas, com sendo, “Pessoa com Necessidade Especial”, mostrando que as pessoas questionadas não estão

atualizando seus conhecimentos neste sentido, pois o termo correto é pessoa com deficiência.

Qual grupo está inserido na educação especial? É do que trata a questão 2 do questionário e sobre ele, obtivemos a seguinte resposta: 100% das entrevistadas disseram que o grupo inserido, são pessoas com deficiência auditiva, visual, físico-motora, intelectual e/ou múltipla e transtornos globais de desenvolvimento, demonstrando assim, conhecimento sobre este assunto e identificando o público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva.

Já a questão 3 diz respeito ao conceito de Educação Inclusiva. Todas as respostas, ou seja, 100% delas disseram que: É uma consciência construída em todos os espaços sociais, tal resposta demonstra a visão ampla do termo em questão.

Por fim, a questão 4 refere-se ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sobre esta questão, 100% das pedagogas questionadas, disseram ser: “Garantido e obrigatório para todos os alunos com deficiência.”

De um modo geral, as respostas dadas ao questionário, representam que as pedagogas entrevistadas estão bem informadas a respeito da educação especial e da educação inclusiva. Tal resultado demonstra também que há uma preocupação com inclusão de crianças com deficiência, desde a educação infantil e que se preocupam com a qualificação profissional dos educadores desse público. No entanto, no tocante à terminologia adequada, as profissionais se equivocaram. Tal fato pode ser explicado por associarem a terminologia “Portador de Necessidade Especial” ao termo Educação Especial. Segundo elas, a educação especial está para sanar uma necessidade especial existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diversas leis que incluem crianças com deficiência no início da educação básica. Diversas políticas públicas voltadas à inclusão de alunos com deficiência, porém, essas leis estão envoltas a inúmeras dificuldades, como por exemplo, as questões socio-econômicas e culturais que impedem que as leis sejam verdadeiramente efetivadas.

Infelizmente, na prática, apenas as crianças com deficiência, mas com boa condição social, que possuem recursos financeiros para pagarem profissionais da saúde e educação, possuem assistência adequada para atender suas necessidades.

Algumas questões precisam ser repensadas e reestruturadas para uma educação especial de qualidade, porém o caminho ainda é longo e muito precisa ser feito.

Tivemos como propósito nesse trabalho monográfico, trazer a discussão questões como formação do professor para educação infantil e sua relação profissional com as crianças e suas inúmeras deficiências ao longo dos tempos. Houve também a preocupação de evidenciar historicamente, as leis, decretos e políticas públicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar.

Percebemos em nossos estudos, que as leis estão preocupadas com a pessoa com deficiência, porém, é grande a dificuldade de por em prática o que elas dizem, até porque para atender a essas crianças com deficiência não basta apenas conhecer as leis, mas uma boa dose de boa vontade, educação, consciência e compromisso social. Ao destacar a questão da formação profissional de educação, evidenciamos que com formação adequada, no grupo entrevistado, a especialização é possível abrir perspectivas de construção de ideias adequadas sobre a inclusão.

No entanto, como estamos falando de “formadores”, não temos a garantia de que tais ideias alcancem os professores da Educação Infantil, por meio da formação continuada.

Nesta perspectiva, espera-se que os formadores do Núcleo de creches sejam capazes de propagar a proposta inclusiva.

Destacamos ainda, o fato de que o Núcleo de Creches necessita de atualização de seus conhecimentos, especialmente na área de educação

especial na perspectiva inclusiva. Tal concepção se sustenta no fato deste núcleo responder incorretamente a questão referente à nomenclatura adequada para se referir ao aluno com deficiência. Tal erro embora pareça banal, mascara uma negação das reais peculiaridades dos sujeitos e das atenções diferenciadas que elas exigem.

Desse modo entendemos que é preciso compreender que a pessoa com deficiência não precisa da nossa piedade, nem da nossa caridade, mas do nosso respeito. É preciso também, ser sensível para perceber que as pessoas com deficiência, sejam elas crianças ou adultos, precisam e tem o direito à acessibilidade para desenvolver suas habilidades e nós devemos promover.

A sociedade cobra muito das autoridades, porém esquecem que se cada um de nós fizer um pouco, estaremos contribuindo para uma grande e significativa mudança. O segredo talvez esteja na disposição de ajudar alguém, mesmo que esta pessoa não esteja ligada a nós diretamente.

É preciso assumir o compromisso de ver o outro com um ser humano, independente da sua condição. Se a pessoa enxerga ou não, se ela escuta ou não, se ela se locomove com uma cadeira de rodas ou não, esse não deve o pré-requisito para medir sua capacidade. Mas deve-se, ao contrário disso, promover a essa pessoa meios para que mesmo com aquela deficiência, seja capaz de desenvolver suas habilidades satisfatoriamente. Este olhar, este cuidado e atenção precisam ser desenvolvidos pelas educadoras, desde e especialmente na educação infantil, etapa primordial no desenvolvimento das crianças. E, no caso das crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades – público alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva – esta é uma etapa decisiva para seu processo inclusivo.

Uma etapa da escolarização não obrigatória, a educação infantil para alunos com comprometimentos de ordem intelectual, física e sensorial (visão e audição) deveria ser repensada. A ausência nesse nível de ensino para criança com tais comprometimentos e o adiamento de seu processo de escolarização, aprendizagem e socialização representa prejuízos intransponíveis para o futuro desta criança.

Esperamos com esse trabalho estar contribuindo para chamar a atenção dos educadores, no tocante ao seu posicionamento frente às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**, Loyola, São Paulo, Brasil, 1974.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Imprensa Oficial. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil**. Lei nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil**. Vol. I e III. Brasília. MEC/SEE/DPE/COEDI, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em 14/06/2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em ><http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> >. Acesso em 28/07/2013.

BRASIL/MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2007.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. João Pessoa - Paraíba - Brasil, Julho de 2010.

Educação infantil: o percurso histórico e alguns desafios da atualidade
Disponível em>http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/janice_carina_grot_h1.pdf>. Acesso em 19/06/2013.

HERMIDA, Jorge Fernando. **Educação Infantil Políticas e Fundamentos**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2009.

Ildeu Coelho apud Rios (2001).

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; **MACHADO**, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, 2009. Disponível em WWW.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05. Acesso em: 20 de julho de 2013

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais/ Sandra Alves da Silva Santiago**-João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2011.

_____. **Educação e Inclusão Social**. João Pessoa. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Educação Infantil no coração da cidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

WWW.ibc.gov.br

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor/a:

Data: 14.08.2013

Esta pesquisa é sobre FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA e está sendo desenvolvida por ANAÍ SILVEIRA DE SOUZA MELO E WILLIANE MACHADO DE SOUSA, alunas do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, sob a orientação do (a) Profa. Dra. Sandra Alves da Silva Santiago.

O objetivo do estudo é refletir sobre a formação dos professores da Educação Infantil e seus conhecimentos acerca da Educação Especial, tendo em vista, a atual necessidade de um aprofundamento nesta área. Com este propósito, solicitamos a sua colaboração para responder a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em banca examinadora para aprovação do nosso Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

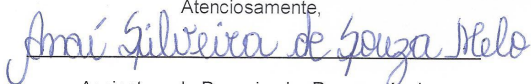
Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Rubrica do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para as pesquisadoras: Anaí Silveira (9988-0339) e Williane Machado (8830-3571).

Atenciosamente,



Assinatura do Pesquisador Responsável

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor/a:

Data: 14.08.2013

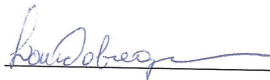
Esta pesquisa é sobre FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA e está sendo desenvolvida por ANAÍ SILVEIRA DE SOUZA MELO E WILLIANE MACHADO DE SOUSA, alunas do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, sob a orientação do (a) Profa. Dra. Sandra Alves da Silva Santiago.

O objetivo do estudo é refletir sobre a formação dos professores da Educação Infantil e seus conhecimentos acerca da Educação Especial, tendo em vista, a atual necessidade de um aprofundamento nesta área. Com este propósito, solicitamos a sua colaboração para responder a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em banca examinadora para aprovação do nosso Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

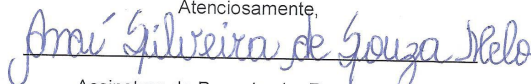
Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Rubrica do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para as pesquisadoras: Anaí Silveira (9988-0339) e Williane Machado (8830-3571).

Atenciosamente,



Assinatura do Pesquisador Responsável

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor/a:

Data: 14.08.2013

Esta pesquisa é sobre FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA e está sendo desenvolvida por ANAÍ SILVEIRA DE SOUZA MELO E WILLIANE MACHADO DE SOUSA, alunas do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, sob a orientação do (a) Profa. Dra. Sandra Alves da Silva Santiago.

O objetivo do estudo é refletir sobre a formação dos professores da Educação Infantil e seus conhecimentos acerca da Educação Especial, tendo em vista, a atual necessidade de um aprofundamento nesta área. Com este propósito, solicitamos a sua colaboração para responder a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em banca examinadora para aprovação do nosso Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

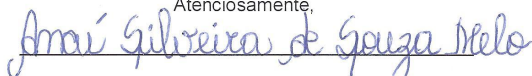
Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Rubrica do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para as pesquisadoras: Anaí Silveira (9988-0339) e Williane Machado (8830-3571).

Atenciosamente,



Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
ALUNAS: ANAÍ SILVEIRA DE SOUZA MELO
WILLIANE MACHADO DE SOUSA
PROFª. ORIENTADORA: SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO

PREZADO/A PROFESSOR/A

Este questionário se destina a nos auxiliar na elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, sua participação é muito importante.

QUESTIONÁRIO

PARTE I:

1. Quanto ao sexo, como se define?

- a. ☐ Masculino .
- b. ☒ Feminino.
- c. ☐ Outros.

2. Qual a sua formação acadêmica?

- a. ☐ Superior Incompleto.
- b. ☐ Superior Completo.
- c. ☒ Especialização.
- d. ☐ Mestrado ou Doutorado.

3. Há quanto tempo atua como Pedagogo(a)?

- a. ☐ de 1 a 5 anos
- b. ☒ de 6 a 10 anos.
- c. ☐ de 11 a 15 anos.
- d. ☐ mais de 15 anos.

4. Há quanto tempo atua na Educação Infantil?

- a. ☐ de 1 a 5 anos.
- b. ☒ de 6 a 10 anos.
- c. ☐ de 11 a 15 anos.
- d. ☐ mais de 15 anos.

II PARTE:

1. Qual a nomenclatura correta na atualidade para nos referirmos aos alunos da Educação Especial?

- a. ☐ Pessoa Excepcional.
- b. ☒ Pessoa com Necessidades Especiais.
- c. ☐ Pessoa com Deficiência.
- d. ☐ Pessoa Portadora de Deficiência.

2. Qual grupo está incluído na Educação Especial?

- a. ☐ Apenas pessoas com dificuldade de aprendizagem.
- b. ☐ Pessoas com dificuldade de aprendizagem, distúrbios e transtornos.
- c. ☒ Pessoas com deficiência auditiva, visual, físico-motora, intelectual e/ou múltiplas e transtornos globais de desenvolvimento.
- d. ☐ Pessoas com altas habilidades e superdotação.

3. O que significa Educação Inclusiva?

- a. ☐ É a garantia da matrícula e permanência na escola.
- b. ☒ É uma consciência construída em todos os espaços sociais.
- c. ☐ É a oferta de uma sala de aula especializada e diferenciada para atender ao aluno com exclusividade.
- d. ☐ Refere-se a escola que, em seu Plano Político contempla a abertura do seu espaço para assistir pessoas com deficiência auditiva e visual.

4. Sobre o AEE é correto afirmar que?

- a. ☐ Pela LDBEN, o AEE destina-se "preferencialmente" aos alunos que não conseguiram ser integrados em escolas comuns.
- b. ☒ É garantido e obrigatório para todos os alunos com deficiência.
- c. ☐ É um acolhimento especial ao excepcional.
- d. ☐ Único lugar da escola, no qual o aluno com deficiência é capaz de construir o conhecimento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
ALUNAS: ANAÍ SILVEIRA DE SOUZA MELO
WILLIANE MACHADO DE SOUSA
PROFª. ORIENTADORA: SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO

PREZADO/A PROFESSOR/A

Este questionário se destina a nos auxiliar na elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, sua participação é muito importante.

QUESTINONÁRIO

PARTE I:

1. Quanto ao sexo, como se define?

- a. ☐ Masculino .
- b. ☒ Feminino.
- c. ☐ Outros.

2. Qual a sua formação acadêmica?

- a. ☐ Superior Incompleto.
- b. ☐ Superior Completo.
- c. ☒ Especialização.
- d. ☐ Mestrado ou Doutorado.

3. Há quanto tempo atua como Pedagogo(a)?

- a. ☐ de 1 a 5 anos
- b. ☐ de 6 a 10 anos.
- c. ☐ de 11 a 15 anos.
- d. ☒ mais de 15 anos.

4. Há quanto tempo atua na Educação Infantil?

- a. ☐ de 1 a 5 anos.
- b. ☐ de 6 a 10 anos.
- c. ☐ de 11 a 15 anos.
- d. ☒ mais de 15 anos.

II PARTE:

1. Qual a nomenclatura correta na atualidade para nos referirmos aos alunos da Educação Especial?

- a. ☐ Pessoa Excepcional.
- b. ☒ Pessoa com Necessidades Especiais.
- c. ☐ Pessoa com Deficiência.
- d. ☐ Pessoa Portadora de Deficiência.

2. Qual grupo está inserido na Educação Especial?

- a. ☐ Apenas pessoas com dificuldade de aprendizagem.
- b. ☐ Pessoas com dificuldade de aprendizagem, distúrbios e transtornos.
- c. ☒ Pessoas com deficiência auditiva, visual, físico-motora, intelectual e/ou múltiplas e transtornos globais de desenvolvimento.
- d. ☐ Pessoas com altas habilidades e superdotação.

3. O que significa Educação Inclusiva?

- a. ☐ É a garantia da matrícula e permanência na escola.
- b. ☒ É uma consciência construída em todos os espaços sociais.
- c. ☐ É a oferta de uma sala de aula especializada e diferenciada para atender ao aluno com exclusividade.
- d. ☐ Refere-se a escola que, em seu Plano Político contempla a abertura do seu espaço para assistir pessoas com deficiência auditiva e visual.

4. Sobre o AEE é correto afirmar que?

- a. ☐ Pela LDBEN, o AEE destina-se "preferencialmente" aos alunos que não conseguiram ser integrados em escolas comuns.
- b. ☒ É garantido e obrigatório para todos os alunos com deficiência.
- c. ☐ É um acolhimento especial ao excepcional.
- d. ☐ Único lugar da escola, no qual o aluno com deficiência é capaz de construir o conhecimento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

ALUNAS: ANAÍ SILVEIRA DE SOUZA MELO

WILLIANE MACHADO DE SOUSA

PROF^a. ORIENTADORA: SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO

PREZADO/A PROFESSOR/A

Este questionário se destina a nos auxiliar na elaboração do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, sua participação é muito importante.

QUESTINONÁRIO

PARTE I:

1. Quanto ao sexo, como se define?

a. ☐ Masculino .

b. ☒ Feminino.

c. ☐ Outros.

2. Qual a sua formação acadêmica?

a. ☐ Superior Incompleto.

b. ☐ Superior Completo.

c. ☒ Especialização.

d. ☐ Mestrado ou Doutorado.

3. Há quanto tempo atua como Pedagogo(a)?

- a. ☐ de 1 a 5 anos
- b. ☐ de 6 a 10 anos.
- c. ☐ de 11 a 15 anos.
- d. ☒ mais de 15 anos.

4. Há quanto tempo atua na Educação Infantil?

- a. ☐ de 1 a 5 anos.
- b. ☐ de 6 a 10 anos.
- c. ☐ de 11 a 15 anos.
- d. ☒ mais de 15 anos.

II PARTE:

1. Qual a nomenclatura correta na atualidade para nos referirmos aos alunos da Educação Especial?

- a. ☐ Pessoa Excepcional.
- b. ☒ Pessoa com Necessidades Especiais.
- c. ☐ Pessoa com Deficiência.
- d. ☐ Pessoa Portadora de Deficiência.

2. Qual grupo está inserido na Educação Especial?

- a. ☐ Apenas pessoas com dificuldade de aprendizagem.
- b. ☐ Pessoas com dificuldade de aprendizagem, distúrbios e transtornos.
- c. ☒ Pessoas com deficiência auditiva, visual, físico-motora, intelectual e/ou múltiplas e transtornos globais de desenvolvimento.
- d. ☐ Pessoas com altas habilidades e superdotação.

3. O que significa Educação Inclusiva?

- a. ☐ É a garantia da matrícula e permanência na escola.
- b. ☒ É uma consciência construída em todos os espaços sociais.
- c. ☐ É a oferta de uma sala de aula especializada e diferenciada para atender ao aluno com exclusividade.
- d. ☐ Refere-se a escola que, em seu Plano Político contempla a abertura do seu espaço para assistir pessoas com deficiência auditiva e visual.

4. Sobre o AEE é correto afirmar que?

- a. ☐ Pela LDBEN, o AEE destina-se "preferencialmente" aos alunos que não conseguiram ser integrados em escolas comuns.
- b. ☒ É garantido e obrigatório para todos os alunos com deficiência.
- c. ☐ É um acolhimento especial ao excepcional.
- d. ☐ Único lugar da escola, no qual o aluno com deficiência é capaz de construir o conhecimento.